



ARTIGO

FLUXOS TRANSATLÂNTICOS: O PAPEL DO AÇÚCAR BRASILEIRO NA CONFORMAÇÃO DA COMUNIDADE JUDAICO-PORTUGUESA DE HAMBURGO, SÉCULO XVII¹

Contato
Universität Hamburg
Fachbereich Geschichte
Arbeitsbereich Globalgeschichte
Von-Melle-Park 6 #5
20146 – Hamburg – Alemanha
jorun.poettering@uni-hamburg.de

 Jorun Poettering²

Universität Hamburg
Hamburgo – Alemanha

Resumo

Este artigo retrata o desenvolvimento da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo desde as suas origens, no final do século XVI, até o seu declínio, um século depois. Defende que a sua vida cultural e religiosa estava intimamente ligada às flutuações do comércio do açúcar produzido no Brasil. A fim de examinar as conexões pessoais e econômicas concretas que existiam entre a cidade hanseática e o nordeste brasileiro, utiliza fontes biográficas, notariais e aduaneiras. Em diálogo com algumas das produções historiográficas mais recentes, demonstra o caráter contingente do êxito econômico dos judeus portugueses na diáspora atlântica.

Palavras-chave

judeus portugueses (sefarditas) – Hamburgo – mercadores – açúcar – diáspora comercial

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. O artigo está parcialmente baseado na dissertação de mestrado inédita da autora, intitulada *Hamburger Sefarden im atlantischen Zuckerhandel des 17. Jahrhunderts*, apresentada na Universidade de Hamburgo em 2003.

² Habilitanda da Universidade de Rostock, na Alemanha. De 2020 a 2023 serviu como substituta do professor titular de História da América Latina e Península Ibérica na Universidade de Hamburgo, na Alemanha; em 2026 atuará como professora visitante estrangeira no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco em Recife.



ARTICLE

TRANSATLANTIC FLOWS: THE ROLE OF BRAZILIAN SUGAR IN SHAPING HAMBURG'S PORTUGUESE-JEWISH COMMUNITY, SEVENTEENTH CENTURY

Contact

Universität Hamburg
Fachbereich Geschichte
Arbeitsbereich Globalgeschichte
Von-Melle-Park 6 #5
20146 – Hamburg – Germany
jorun.poettering@uni-hamburg.de

 Jorun Poettering

Universität Hamburg
Hamburg – Germany

Abstract

This article portrays the development of the Portuguese-Jewish community in Hamburg from its origins at the end of the sixteenth century to its decline a century later. It argues that its cultural and religious life was closely linked to the trading cycles of sugar produced in Brazil. To examine the concrete personal and economic connections that existed between the Hanseatic city and northeastern Brazil, it uses biographical, notarial and customs sources. In dialogue with some of the most recent historiographical productions, it defends the contingent character of the economic success of the Portuguese Jews in the Atlantic diaspora.

Keywords

Portuguese Jews (Sephardim) – Hamburg – merchants – sugar – trading diaspora

O comércio de açúcar do século XVII teve uma influência determinante para o desenvolvimento do espaço atlântico. Junto com o tráfico de escravizados para as plantações, ele conectou a Europa, a África e a América. O cultivo da cana-de-açúcar formou as sociedades coloniais e o consumo de açúcar mudou a vida das populações europeias. Se inicialmente o desfrute de açúcar era um privilégio dos cidadãos ricos e da aristocracia, que o utilizavam para ostentação, sobretudo em festividades (MINTZ, 2014 [1985]), a demanda cresceu rapidamente. Em Hamburgo, a maior parte da preciosa mercadoria era importada via Portugal, país de onde também vieram os cristãos-novos. Estes eram descendentes de judeus batizados à força que se estabeleceram em Hamburgo e outras cidades portuárias do noroeste da Europa a partir do final do século XVI e lá se converteram ao judaísmo. Neste artigo, vou mostrar que o destino da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo esteve intimamente ligado ao açúcar produzido no Brasil. Foram os mercadores de açúcar que fundaram as congregações e promoveram a vida comunitária, que disponibilizaram suas casas como sinagogas e doaram equipamentos religiosos. No entanto, com a conquista do nordeste brasileiro pelos holandeses eles sofreram grandes perdas.³ Embora ainda houvesse membros economicamente bem-sucedidos, a perda de Recife para a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e o consequente aumento da importância econômica de Amsterdã, podem ser vistos como os desencadeadores do declínio gradual das atividades judaico-portuguesas de Hamburgo, que não foi revertido nem com a reconquista de Recife.

A participação dos cristãos-novos e judeus na economia açucareira do espaço atlântico é um tema que parece não deixar de atrair a atenção dos historiadores.⁴ Já em 1911, Werner Sombart, em seu livro *Os judeus e a vida econômica*, não só atribuiu a invenção do capitalismo comercial aos judeus, mas associou isso à introdução da economia açucareira na Madeira, em São Tomé e no Brasil. Neste último, segundo Sombart, os judeus logo se tornaram a “casta dominante”, sendo proprietários de todas as grandes plantações de cana até meados do século XVII. Em seguida, teriam introduzido a produção açucareira em Barbados, onde também dominariam o negócio do açúcar, bem como nas outras ilhas do Caribe. Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Sombart, ao deixarem a Península Ibérica e se estabelecerem nas metrô-

³ Uso o adjetivo “holandês” para referir-me à República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos (Frísia, Groninga, Overissel, Gueldres, Utreque, Holanda e Zelândia) e o adjetivo “flamengo” para referir-me às províncias dos Países Baixos do Sul (Brabante, Flandes, Artois, Hainaut, Namur, Luxemburgo e outras), que estavam sob o domínio dos Habsburgo de Espanha. No entanto, nas fontes, a separação semântica entre estes dois adjetivos e “neerlandês” nem sempre é evidente.

⁴ Trabalhos recentes incluem ISRAEL, 1983; ISRAEL, 1992; BERNARDINI; FIERING, 2001; EBERT, 2008; STRUM, 2012; SCHREUDER, 2019.

poles do noroeste da Europa, fizeram com que o centro de gravidade da economia mundial se deslocasse da região mediterrânea para o norte da Europa (SOMBART, 2017 [1911], p. 25-72). Vários historiadores refutaram essa exposição fantasiosa logo após a publicação do livro (WÄTJEN, 1914; cf. também RODRIGUES, 1949, p. 36-37). Ainda assim, provavelmente devido, precisamente, à sua perspectiva antissemita, o livro foi extremamente bem-sucedido, sendo reimpresso várias vezes e influenciando muitos outros trabalhos. Para a região de Hamburgo, isso se aplica sobretudo ao trabalho de Hermann Kellenbenz. Em 1939, no auge do regime nacional-socialista na Alemanha, ele foi encarregado de pesquisar “O judaísmo financeiro de Hamburgo e os seus círculos” (HEIBER, 1966, p. 456-457, tradução minha). Seu manuscrito, concluído pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, só foi publicado quatorze anos mais tarde; pode-se supor que havia sido revisado de forma significativa e foi renomeado *Sephardim an der unteren Elbe*, ou seja, “Sefarditas no Baixo Elba” (KELLENBENZ, 1958)⁵. Todavia, sua linguagem e sua intenção continuavam problemáticas. Na introdução, Kellenbenz explica que queria retomar a questão da “importância dos judeus para o surgimento do capitalismo moderno”, no entanto, diferentemente de Sombart, não pretendia atribuir a “posição especial” deles na vida econômica exclusivamente a “pré-requisitos raciais e religiosos especiais”, mas também examinaria a “importância da errância” e o “papel da família, do clã e do grupo social” (KELLENBENZ, 1958, p. 2-3, tradução minha)⁶.

Ainda hoje, ideias semelhantes, associadas amiúde ao termo “diáspora comercial”, têm muitos seguidores. No entanto, outros historiadores apontaram que, dadas as instituições formais relativamente frágeis do século XVII, todos os mercados de longa distância daquele tempo recorreram a redes comerciais caracterizadas por alta mobilidade geográfica, laços de parentesco ou etnia comum e um sistema

⁵ Sefarditas são judeus de origem ibérica que emigraram diretamente para o Império Otomano ou para o norte da África depois de 1492 e não tiveram a experiência cristã(-nova). Seu rito, sua autoimagem e seu modo de vida diferiam fundamentalmente dos judeus portugueses, que só “retornaram” à religião de seus antepassados no século XVII (BODIAN, 1997, p. 6-13).

⁶ Sua atitude racista é difícil de ignorar, mesmo na versão de 1958. Por exemplo, ele explica sobre os vários grupos de imigrantes do período moderno: “Uma nova ética de negócio abriu caminho com eles. (...) Se os sefarditas, como exemplificado por Hamburgo, beneficiaram-se de condições raciais e religiosas especiais é mais difícil de saber do que no caso dos asquenazes, que viveram ininterruptamente em sua tradição e não se misturaram com pessoas de outras religiões. No caso dos sefarditas, é preciso levar em conta as várias maneiras pelas quais eles foram influenciados em Portugal e na Espanha cristãos, em especial o processo de mistura durante o período em que eram cristãos-novos. De qualquer forma, essa questão não deve ser vista de forma demasiado unilateral do lado moral. Até mesmo o mercador cristão às vezes usava práticas comerciais muito duvidosas” (KELLENBENZ, 1958, p. 102-103, tradução minha). Trabalhos mais recentes e imparciais sobre a comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo incluem STUDEMUND-HALÉVY, 1994; STUDEMUND-HALÉVY, 1997; BRADEN, 2001; WALLENBORN, 2003; MARTINS, 2021.

de normas sociais e mecanismos de sanção próprias ao grupo (STUDNICKI-GIZBERT, 2003). Por isso, a “posição especial” dos judeus (portugueses) mencionada por Kellenbenz, na verdade, residia mais em sua perseguição e discriminação singulares. Como mostra justamente o exemplo da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo, eles eram frequentemente prejudicados no comércio e não necessariamente competitivos em relação a outros mercadores. É significativo que Kellenbenz não tenha analisado as fontes quantitativas que teriam sido decisivas para fundamentar sua tese da supremacia econômica judaica. Caso contrário, teria chegado à conclusão de que os flamengos, que imigraram para Hamburgo e muitos outros lugares do espaço atlântico na mesma época, assumiram essa supremacia, e que muitos hamburgueses também eram mais exitosos nas suas atividades comerciais do que os judeus (POETTERING, 2019).

Foi somente com Jonathan I. Israel e Daniel Swetschinski que a historiografia dos mercadores judaico-portugueses do século XVII encontrou uma forma apropriada (ISRAEL, 1983, 1987, 1992, 1997; SWETSCHINSKI, 1981, 2000). Swetschinski, em particular, combinou abordagens de pesquisa histórica econômica, social e cultural para analisar a comunidade de Amsterdã e ressaltou que, em relação às suas atividades econômicas, seus membros não formavam um grupo independente, nem na sua própria percepção, nem na percepção de outras pessoas. Em vez disso, os empreendimentos dos mercadores judaico-portugueses remontavam, por um lado, às suas biografias individuais e, por outro, ao contexto econômico e político em que viveram (SWETSCHINSKI, 1981, p. 52-58). Isso não significa que o grupo étnico-religioso ao qual pertenciam não teve importância para o negócio dos mercadores, pois, como mencionei, na época moderna, o comércio de longa distância dependia deste tipo de relações. No entanto, muitos membros da diáspora se encontraram numa situação de reinvenção religiosa e cultural que provavelmente trazia mais desvantagens que vantagens para o seu negócio (KAPLAN, 1996; POETTERING, 2014).

Por isso, em lugar de examinar o papel dos judeus portugueses no comércio de açúcar em Hamburgo (ou no surgimento do capitalismo comercial e na ascensão econômica do noroeste da Europa), o presente artigo visa demonstrar a importância do açúcar brasileiro para o estabelecimento da vida judaica em Hamburgo. No sentido de uma abordagem centrada nos atores, como propagada por Swetschinski, os estudos biográficos de Michael Studemund-Halévy (2000) e José Antônio Gonçalves de Mello (1996 [1989]) fornecem uma base importante para tal objetivo. Eles serão cruzados com dados de registros alfandegários e notariais, e completadas por fontes legais e diplomáticas, levando à conclusão de que, durante meio século, a comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo era de uma importância econômica (e cultural) semelhante à da de Amsterdã.

O início da presença portuguesa em Hamburgo

Os primeiros portugueses se estabeleceram em Hamburgo na década de 1580 e, depois de algum tempo, quase todos adotaram o judaísmo. A comunidade atingiu sua maior extensão em meados do século XVII. De acordo com uma denúncia perante a Inquisição, ela tinha um total de 1.212 membros em 1652, o que corresponde a cerca de 250 famílias.⁷ Entretanto, no final do mesmo século, grande parte de seus membros, bem como sua importância econômica e cultural, haviam sido perdidos. Em 1680, restavam apenas cerca de 60 famílias judaico-portuguesas na cidade (BRADEN, 2001, p. 203, 298). A comunidade continuou a existir até 1940, quando foi oficialmente dissolvida frente ao nacional-socialismo. Muitos dos membros conseguiram fugir, mas mais de 80 judeus portugueses de Hamburgo foram vítimas da política de extermínio (STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 48).

No período inicial da comunidade, quase todos os portugueses que se mudaram para Hamburgo pertenciam a famílias de mercadores que fugiam da Inquisição. No contexto do conflito entre a Espanha e os Países Baixos, a Antuérpia perdeu sua antiga importância como entreposto comercial em 1585. Os mercadores portugueses estavam, portanto, procurando um lugar que pudesse substituí-la como ponto de distribuição das mercadorias trazidas do ultramar para Portugal e de aquisição dos produtos que o país necessitava, como trigo e materiais de construção naval. Inicialmente, eles deram preferência a Hamburgo em relação a Amsterdã.⁸ Ao longo do século XVI, Hamburgo havia se tornado a cidade portuária mais importante do Sacro Império Romano-Germânico e contava com uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida. Como cidade hanseática, ocupava já há muito tempo uma posição importante no comércio com a Inglaterra, Flandres e a Península Ibérica e, com o declínio da Liga, a cidade também começou a dominar cada vez mais o tráfico com o Mar Báltico. Acima de tudo, por via do rio Elba, que deságua no Mar do Norte a cerca de 100 quilômetros da cidade, Hamburgo conectava o vasto território da Europa central com a economia atlântica (VOGEL, 1965).

O desenvolvimento econômico foi acompanhado por uma forte imigração. Entre meados do século XVI e o início do século XVII, a população de Hamburgo dobrou de cerca de 20.000 para 40.000 pessoas (MAUERSBERG, 1960, p. 47). A maioria dos imigrantes veio das áreas vizinhas de Hamburgo, mas, a partir do último terço

⁷ Sobre o contexto e a credibilidade, ver POETTERING, 2019, p. 114.

⁸ Outros assentamentos de comerciantes portugueses foram estabelecidos nessa época em Ruão, Middelburgo, Roterdã, Haarlem, Colônia, Emden e Glückstadt; somente em Hamburgo e Amsterdã elas eram permanentes.

do século XVI, a cidade também adotou uma política relativamente tolerante (para os padrões alemães) frente a estrangeiros, o que resultou sobretudo no assentamento de mercadores ingleses e flamengos. Ambos os grupos contribuíram significativamente para o crescimento econômico da cidade, o que motivou a Câmara de Hamburgo a permitir também o assentamento dos mercadores portugueses. Como a cidade era exclusivamente luterana, inicialmente, muitos portugueses juntaram-se a uma missão jesuítica localizada na cidade vizinha de Altona. Entretanto, em 1603 já era de conhecimento geral que alguns deles estavam inclinados ao judaísmo, que não era tolerado em Hamburgo (POETTERING, 2019, p. 46). Esse foi o início de um longo debate sobre a admissão e o status legal dos judeus portugueses na cidade, que foi repetidamente retomada durante todo o século XVII.

Inicialmente, as autorizações de residência foram concedidas individualmente. Em 1612 foi concluído o primeiro acordo de assentamento coletivo entre os portugueses e a cidade, porém, a tolerância face a eles sempre permaneceu precária.⁹ Em comparação com os judeus asquenazes que chegaram a Hamburgo algumas décadas depois e também em comparação com os judeus de outras cidades do Sacro Império Romano-Germânico, os portugueses desfrutavam de uma liberdade excepcional. Por exemplo, eles não precisavam usar marcas de identificação ou morar em um bairro específico. Embora sinagogas e circuncisões fossem oficialmente proibidas, os portugueses podiam se reunir em suas casas particulares e realizar seus cultos e cerimônias sem nenhuma consequência. No entanto, eles estavam numa situação legal significativamente desprivilegiada em relação aos cidadãos de Hamburgo. No que toca à vida comercial, estavam, por exemplo, excluídos das diversas associações de mercadores: das corporações de mercadores e navegadores que tratavam com determinadas regiões (*Fahrergesellschaften*), da corporação do “Mercador Honroso” (*Ehrbarer Kaufmann*), como também da mesa de seguros (*Assekuranzkammer*) (BRADEN, 2001, p. 140). Além disso, tinham que pagar mais taxas alfandegárias do que os cidadãos (POETTERING, 2019, p. 284) e eram, como explicarei a seguir, limitados no negócio de várias mercadorias. Enquanto os flamengos que se estabeleceram em Hamburgo, fossem eles luteranos ou reformados, podiam superar seu status desigual por meio da aquisição da cidadania, essa possibilidade foi negada aos judeus.¹⁰

⁹ O contrato de 1612 estipulava uma opção de cancelamento anual. Outros contratos de assentamento foram celebrados em 1617 e 1623. Em 1650, os contratos foram seguidos por um “regimento” (*Reglement*), que não era mais formalmente um contrato entre a Câmara e os judeus portugueses, mas uma disposição autoritária (BRADEN, 2001, p. 103-115, 145-155, 163-169, 245-253).

¹⁰ Os judeus permaneceram excluídos do status de cidadãos em Hamburgo até 1848.

Mercadores de açúcar como fundadores da vida judaico-portuguesa

De acordo com o “direito de hóspede” (*Gastrecht*) medieval, não apenas os portugueses, mas todos os estrangeiros em Hamburgo (e em muitas outras cidades europeias) estavam em situação comercial desfavorecida em relação aos cidadãos. A intenção das respectivas leis era garantir o abastecimento alimentar da população urbana e manter os capitais investidos na cidade. Entretanto, uma postura (*Schragen*) emitida em Hamburgo em 1604 ampliou consideravelmente as possibilidades comerciais dos estrangeiros.¹¹ O trato das mercadorias de importância básica, como, por exemplo, o trigo e o sal, que eram de alta relevância no intercâmbio com Portugal, permaneceu restrito, embora não proibido. Mas a postura liberou as mercadorias que “não eram costumeiras nesta cidade há trinta anos ou mais, ou não eram comercializadas ou negociadas em números tão grandes”, junto com algumas mais tradicionais. Tratava-se, em particular, de produtos de origem não-europeia e de luxo; são especificados açúcar, especiarias, corantes, pedras preciosas, marfim, seda, roupas de veludo, entre outros (BLANK, 1763, p. 491-493; tradução minha). Os estrangeiros que chegavam a Hamburgo eram, portanto, incentivados a comercializar produtos dos territórios recentemente conquistados – um fato que Kellenbenz e seus seguidores ignoram.

O açúcar foi de particular importância entre estes produtos só recentemente comercializados. Sua demanda aumentou rapidamente. Pouco antes da chegada dos primeiros portugueses, alguns refugiados flamengos haviam fundado a primeira refinaria de açúcar em Hamburgo; outras refinarias foram documentadas por volta de 1590 (AMSINCK, 1886). Em 1632/1633, o açúcar já representava 10% do valor total do comércio entre Portugal e Hamburgo (considerando importações e exportações), em 1647/1648 atingiu 25% e, na primeira década do século XVIII, cerca de 33%.¹² A produção de açúcar refinado de alta qualidade rapidamente tornou-se um setor de vital importância econômica para Hamburgo; no final do século XVII, apenas Amsterdã rivalizava seriamente nesse setor no norte da Europa (LIPPMANN, 1929 [1890], p. 553; PETERSSON, 2000).

Como mostra uma lista de 1612, quase todos os mercadores portugueses estavam ativos no comércio de açúcar no início da sua presença em Hamburgo (KELLENBENZ,

¹¹ Por postura entende-se, aqui, uma determinação escrita (lei, regimento, decreto, estatuto, usança etc.) em que o governo municipal obriga os cidadãos a cumprirem certos deveres.

¹² Este é o resultado de uma análise do mais antigo (abril de 1632 a abril de 1633) e do mais recente (fevereiro de 1647 a fevereiro de 1648) volumes completamente preservados dos registros da alfândega do almirantado de Hamburgo do século XVII, bem como dos registros parcialmente incompletos do subsídio voluntário para os comboios para os anos de 1702 a 1706, 1709 a 1710 e 1713 (POETTERING, 2019, p.16, 26, 29).

1958, p. 111-112, 478) e vários deles agiram como fundadores da comunidade judaica. É o caso, nomeadamente, de Rui Fernandes Cardoso e Álvaro Dinis, que, de acordo com a lista de 1612, ocuparam o primeiro e quarto lugar, respectivamente, em termos de quantidade de açúcar importada. Cardoso era provavelmente natural de Lisboa e chegou em Hamburgo antes de 1595 (KELLENBENZ, 1954, p. 244-245; KELLENBENZ, 1958, p. 114; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 208-210).¹³ Dinis nasceu em Braga ou Antuérpia e foi documentado pela primeira vez como comerciante em Hamburgo em 1603 (KELLENBENZ, 1954, p. 247-248; KELLENBENZ, 1958, p. 117-119; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 501-503; FRADE, 2011). A importância econômica de Cardoso e Dinis também se manifesta nos pagamentos de taxas alfandegárias. Em 1608 e 1609, os dois pagaram mais da metade dos direitos de *Werkzoll* devidos pelos portugueses.¹⁴ Provavelmente refletindo esse poder econômico, já em 1606 eles atuaram como representantes oficiais dos portugueses de Hamburgo, como mostra um relatório dirigido ao imperador (HÄPKE, 1925, p. 184-185). Não se sabe quem estava envolvido na negociação do primeiro tratado de assentamento da comunidade, concluído em 1612 com a cidade, mas a sua participação está comprovada no tratado seguinte, de 1617 (LEONI; SALOMON, 2001). Além do mais, em 1611, os dois, juntamente com o mercador André Faleiro, fecharam o acordo de compra para o terreno do cemitério judaico-português, que é, ainda hoje, um dos locais histórico-culturais mais importantes de Hamburgo. E, por fim, ambos os mercadores disponibilizaram as suas casas para a provisão de serviços religiosos.

Álvaro Dinis é de particular importância porque ofereceu refúgio às famílias que estavam envolvidas, em Portugal, com a negociação do perdão geral de 1605. Este perdão, emitido pelo Papa, concedeu aos cristãos-novos portugueses a absolvição de todos os seus delitos contra a fé cometidos no passado. A ele se juntou um pequeno grupo de cristãos-novos de Lisboa liderado por Rodrigo de Andrade, tio de Beatriz de Milão, que estava casada com Álvaro Dinis em Hamburgo. A realização do perdão antagonizou grande parte da população portuguesa. Manuel de Palácios, um dos cristãos-novos encarregados de coletar a soma de 1.700.000 cruzados com a qual os cristãos-novos deveriam pagar o perdão, foi assassinado em circunstâncias desconhecidas durante a agitação acarretada pelo perdão. Imediatamente após o término do período de graça, a Inquisição prendeu vários membros das famílias dos negociadores, incluindo o sogro de Álvaro Dinis, Henrique Dias Milão, que atuou

¹³ Outro Rui Fernandes Cardoso morreu em Hamburgo já em 1620 (STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 211).

¹⁴ O *Werkzoll* foi uma taxa alfandegária a ser paga para todas as mercadorias que entravam ou saíam de Hamburgo por via marítima ou terrestre para o sustento da sinalização náutica (STAATSARCHIV HAMBURG, *Senat*, Cl. VII Eb Nr. 11 Bd. 6).

como homem de negócios com vínculos comerciais com o Brasil, Angola e Nova Espanha. Ele não admitiu os seus pecados e morreu na fogueira num auto-de-fé realizado três anos depois. Tanto o agir da Inquisição, como as ameaças do clero, do povo e até dos cristãos-novos que não concordavam com o perdão fizeram com que grande parte dos parentes de Rodrigo de Andrade, Henrique Dias Milão e Manuel de Palácios deixassem o país. Vários deles se dirigiram a Hamburgo (POETTERING, 2018).

Como a Inquisição constatou mais tarde, a maioria dos refugiados de Hamburgo relacionados ao evento tinham gozado de uma reputação de bons cristãos em Portugal, frequentando regularmente a igreja, participando das missas e realizando obras piedosas. Henrique de Lima foi um dos cristãos-novos (e mercadores de açúcar) que imigrou para Hamburgo nesse contexto. Seu filho Diogo nasceu na cidade hanseática em 1612 e relatou mais tarde que, durante a sua infância, apenas alguns dos portugueses da cidade viviam como judeus (AZEVEDO, 1910, p. 191-192). Em dois sermões impressos em Hamburgo em 1629, o próprio Álvaro Dinis mencionou a resistência que encontrou por parte de alguns portugueses quando tentou persuadi-los a se juntarem à comunidade judaica (SALOMON, 1982, p. 49-50). Evidentemente, estes portugueses não tinham ido a Hamburgo com o objetivo de poder praticar o judaísmo mais livremente do que no seu país natal. Manuel Cardoso, que fugiu para Hamburgo junto com a família de Henrique Dias Milão, até tinha sido cristão-velho preso pela Inquisição por heresia protestante. Ele conheceu Milão na prisão e, a despeito de sua origem, converteu-se ao judaísmo depois de sua chegada a Hamburgo (TEENSMA, 1976). Este pode ser visto como um exemplo da já antiga tese apresentada por António José Saraiva de que era a Inquisição que produzia grande parte dos judaizantes (SARAIVA, 1956). Tempos atrás, a sua interpretação foi arduamente constatada por Israël S. Révah, que defendeu que a grande maioria das vítimas da Inquisição portuguesa realmente tinham sido, antes da sua detenção, praticantes de um cripto-judaísmo, e que o seu “judaísmo potencial” se transformaria em “judaísmo real” assim que possível (SARAIVA, 2001 [1956], anexos 1-3).¹⁵

Hoje, este debate historiográfico está praticamente superado. Admite-se que, embora muitos cristãos-novos em Portugal tenham se identificado de uma forma ou de outra com os seus antepassados, a adoção do judaísmo normativo, na diáspora, não foi “natural” ou fácil (GRAIZBORD, 2008). Com pouquíssimas exceções, nem mesmo os portugueses que já haviam tratado de viver como judeus na Península

¹⁵ Note-se, no entanto, que Révah estava bem consciente das dificuldades associadas à essa transição. No seu livro sobre Uriel da Costa, estudou um cristão-novo judaizante em Portugal que, quando chegou em Hamburgo, ficou desiludido com o judaísmo normativo das autoridades rabínicas e foi excomungado depois de criticá-las publicamente (RÉVAH, 2004 [1966-1972]).

Ibérica tiveram acesso a textos em hebraico, à erudição judaica viva ou a valores judaicos praticados. Por isso, os fundadores da comunidade de Hamburgo deixaram vir pessoal especializado – rabinos, cantores, circuncidados – das comunidades sefarditas do norte da África, do Império Otomano ou da Itália, que nunca haviam abandonado o judaísmo normativo. Por exemplo, Selomo Cohen, que pregava na casa de Álvaro Dinis, era natural de Salônica (STUEMUND-HALÉVY, 2000, p. 501). No entanto, isso não mudou o fato de que os “judeus novos” eram religiosa e culturalmente influenciados pelo catolicismo ibérico. Seu modo de vida continuou a ser orientado pelas práticas sociais cristãs; usavam roupas da moda em vez das vestes tradicionais; os homens faziam a barba em vez de deixá-la crescer; e muitos valorizavam a educação secular em vez de dar atenção unicamente ao estudo do Talmude. Assim sendo, judeus portugueses de Hamburgo tanto criaram obras científicas como religiosas, por exemplo, um tratado sobre o combate à peste escrito por Rodrigo de Castro, uma gramática do hebraico por Mose de Gideon Abudiente, mas também os escritos religiosos de David Cohen de Lara (STUEMUND-HALÉVY, 2000, p. 164-166, 228-238, 536-540, 678-684; FRADE; SILVA, 2011; FRADE, 2013, 2017; MARTINS, 2019). Os mercadores quase sempre estavam por trás dessas atividades. Cohen de Lara, por exemplo, dedicou sua tradução do livro *Tratado del temor divino* ao comerciante Henrique de Lima, mencionado acima, que provavelmente apoiou o rabino e cobriu os custos da impressão do livro.

As redes comerciais dos judeus portugueses de Hamburgo

Também na vida comercial, os portugueses da diáspora que voltaram ao judaísmo continuaram a comportar-se como faziam quando cristãos. Os líderes da comunidade estavam cientes de que a transferência da Torá oral para a conduta econômica dos membros teria colocado a sua subsistência em risco. Portanto, eles não emitiram nenhuma regulamentação que afetasse diretamente as atividades dos mercadores (KAPLAN, 1991, p. 309-310; POETTERING, 2019, p. 235-236). Isso fez com que eles, em princípio, não estivessem restritos na seleção dos seus correspondentes comerciais, ou seja, podiam negociar com judeus, cristãos-novos ou cristãos-velhos, católicos, luteranos ou reformados, de todas as nações.

Como comentado anteriormente, na idade moderna, os mercadores ativos no comércio de longa distância recorriam frequentemente a redes de família ou de base étnica. Daniel Strum confirmou recentemente esta hipótese em relação aos portugueses de origem cristã-nova e o comércio do açúcar. O autor argumenta que, ao confiar em parentes e parceiros da diáspora, os mercadores puderam negociar a um custo menor. Por “fornecer informações e apoiar o cumprimento dos contratos de maneira informal”, a diáspora trouxe uma “vantagem significativa na

governança de transações complexas em mercados com baixas margens de lucro”, como o do açúcar (STRUM, 2019, p. 1222-1223, tradução minha). Os mercadores portugueses de Hamburgo, no entanto, comercializavam o açúcar tanto com membros da família ou da diáspora, como com correspondentes alheios a tais grupos. Duarte Esteves de Pina, por exemplo, provavelmente dispunha de uma extensa rede familiar. Ele foi um dos mercadores portugueses mais bem-sucedidos de Hamburgo no início da década de 1630. Seu representante em Olinda foi o exportador de açúcar Francisco Gomes Pina; o irmão deste, Diogo Henriques Pina, atuou como seu correspondente no Porto; e em Amsterdã Duarte negociou açúcar junto com Paulo de Pina. Embora não esteja comprovado, o nome comum Pina sugere que todos os quatro eram parentes (KELLENBENZ, 1958, p. 125, 134, 277; MELLO, 1996 [1989], p. 21-23; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 525-527).¹⁶ Mas os judeus portugueses de Hamburgo frequentemente tinham vários agentes ou comissários nas cidades com as quais negociavam e muitos deles *não* pertenciam à família *nem* tinham as mesmas origens étnicas.¹⁷ Por exemplo, o português Jorge Peres Brandão, de Hamburgo, recebeu açúcar em 1603 de Lisboa de Jácomo Diriques, que era hamburguês ou holandês a julgar pelo nome.¹⁸ Na década de 1620, Luís Pereira da Silva, de Hamburgo, recebeu repetidamente mercadorias enviadas pelos irmãos Peter e Gerd Burmester e por Christoph Meyer, que eram hamburgueses residentes em Lisboa.¹⁹

O próprio Strum nota que também existiam relações de agência comercial com membros não pertencentes à diáspora, e que, tanto para as relações de dentro, como para as de fora da diáspora, as instituições judiciais eram fundamentais para reduzir o risco de comportamento oportunista (STRUM, 2019, p. 1219-1222). Mas ele não comenta o fato de que, ao menos para alguns membros da diáspora dos portugueses de origem cristã-nova, a filiação acarretava severas desvantagens no comércio açucareiro, se comparado com os membros de outras etnias. Mercadores cristãos-novos estabelecidos em Portugal ou no Brasil que negociaram com judeus portugueses de Hamburgo (ou outras cidades) se expuseram a um risco elevado de serem perseguidos pela Inquisição. É assim que se explica o recurso relativamente frequente a correspondentes estrangeiros em Portugal por parte dos portugueses de Hamburgo. Se tivessem trabalhado com membros da família ou com outros cristãos-novos, teriam corrido o risco de estes serem denunciados, presos e processados, além de

¹⁶ Havia outro Paulo de Pina em Pernambuco e Lisboa, que morreu em 1600 ou 1601 (MELLO, 1996 [1989], p. 40-48).

¹⁷ Sobre as possibilidades de uma análise quantitativa, ver POETTERING, 2019, p. 199.

¹⁸ GEMEENTEARCHIEF AMSTERDAM, Archief 5075, inv. n° 619X, MF p. 105.

¹⁹ GEMEENTEARCHIEF AMSTERDAM, Not. Arch. 645B, blz. 1424-1427; Not. Arch. 646A, blz. 58, 59.

terem os seus bens confiscados. Os estrangeiros, por outro lado, gozavam de muito mais segurança em Portugal, mesmo que também fossem processados pela Inquisição por delitos protestantes (POETTERING, 2019, p. 96-98). E, em caso de não-cumprimento de um contrato, as possibilidades de processá-los em Hamburgo provavelmente eram bem maiores em comparação com portugueses cristãos-velhos para os quais o relacionamento comercial com os judeus era a única ligação existente com a cidade alemã. Finalmente, vale a pena destacar que, mesmo no norte da Europa, onde não havia uma Inquisição a temer, ocorriam vários casos de cooperações entre judeus portugueses e membros de outras nações (POETTERING, 2019, p. 197-199).

Os mercadores de longa distância geralmente lançavam as bases das suas redes comerciais durante o seu tempo de aprendizagem; na maior parte das vezes, passavam alguns anos na casa de um comerciante já estabelecido, em outro país. Além de aprenderem sobre as mercadorias e os costumes comerciais do respectivo local, estabeleciam contatos com possíveis comitentes ou correspondentes. Vários dos judeus portugueses estabelecidos em Hamburgo tinham passado um tempo no Brasil anteriormente. Por volta de 1600, por exemplo, alguns filhos do comerciante Henrique Dias Milão, mencionado no contexto do perdão geral, viveram temporariamente em Pernambuco. Um deles, Manuel Cardoso de Milão²⁰, parece ter ficado lá por mais de 15 anos. Em seguida, foi para Veneza antes de finalmente se estabelecer em Hamburgo (após 1616), onde vários membros de sua família já viviam. Três outros filhos de Henrique Dias Milão permaneceram por um período mais curto em Pernambuco, incluindo Paulo de Milão, que mais tarde também se assentou em Hamburgo (KELLENBENZ, 1958, p. 118; MELLO, 1996 [1989], p. 1, 11, 16-17, 31, 224, 417; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 201, 500-502; COELHO, 2001, p. 117-123).

O comércio com a América portuguesa e Portugal

O açúcar brasileiro tinha começado a conquistar o mercado europeu em meados do século XVI. Embora primeiro a Antuérpia e, mais tarde, outras cidades no norte da Europa tenham servido como centros de distribuição das mercadorias coloniais portuguesas, tanto o açúcar, como os demais produtos tinham que ser antes desembarcados e desalfandegados em Portugal. No entanto, sempre havia mercados que não respeitavam o exclusivo português. Além do fato de que, no final do século XVI, os navios hanseáticos eram frequentemente utilizados na rota para o Brasil legalmente, ou seja, com uma escala obrigatória em um porto português, ha-

²⁰ Não confundir com o já mencionado cristão-velho Manuel Cardoso.

via também frequentes viagens diretas entre a América portuguesa e Hamburgo (SLUITER, 1968, p. 75-76). Sabe-se que ao menos 21 navios viajaram sem escala do Brasil para Hamburgo entre 1590 e 1602; outros mais não chegaram porque foram capturados pelos ingleses (BAASCH, 1892, p. 10; BAASCH, 1894, p. 296; KELLENBENZ, 1954, p. 51-53). É provável que os mercadores portugueses de Hamburgo também tenham lucrado com essas viagens diretas, embora sua participação só esteja documentada para o caso de Manuel Álvares, que, segundo Kellenbenz, foi o mais importante comerciante português de Hamburgo na década de 1590, embora provavelmente nunca tenha se tornado membro da comunidade judaico-portuguesa. Primeiro, Álvares se juntou à missão jesuítica na cidade vizinha de Altona para depois, em 1604, se converter à fé luterana, como também o fizeram seus dois filhos um pouco mais tarde (KELLENBENZ, 1954, p. 266; KELLENBENZ, 1958, p. 109).

Como muitos dos navios estrangeiros licenciados para a ida ao Brasil ignoravam a etapa obrigatória em Portugal, a coroa revogou a concessão em 1605. Todos os estrangeiros tiveram que deixar a América portuguesa no prazo de um ano (SLUITER, 1968, p. 79-80). Embora alguns poucos navios continuassem a operar a rota direta, a partir de 1605 o abastecimento de açúcar de Hamburgo foi realizado sobretudo via Portugal²¹. A cidade hanseática, que sempre cultivou uma reputação de cidade “neutra” e não se intrometeu abertamente na Guerra dos Oitenta Anos, beneficiou-se da política comercial da Espanha dirigida contra as Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, as quais, por sua vez, proibiram o comércio entre Portugal e Amsterdã. Após o final da Trégua dos Doze Anos (1609-1621), a cidade hanseática possivelmente chegou a ultrapassar a sua concorrente holandesa como entreposto comercial norte-europeu (ISRAEL, 1983, p. 509, 516-517; SWETSCHINSKI, 2000, p. 112). Como consequência, o número de mercadores portugueses em Hamburgo aumentou consideravelmente: seu número passou de 32 em 1619 para 44 em 1623 e para 57 em 1632/1633. Com isso, o grupo de mercadores portugueses ativos na cidade do Elba provavelmente atingiu o seu maior tamanho, já que em 1647/1648, o número de mercadores sujeitos à alfândega do almirantado caiu outra vez para 46 (POETTERING, 2019, p. 114)²². Depois de 1621, também as importações de açúcar dos judeus portugueses de Hamburgo aumentaram consideravelmente. Como mostram os registros notariais de Amsterdã, alguns portugueses de Hamburgo passaram a abas-

²¹ O açúcar também era importado de Amsterdã desde a década de 1620, da Inglaterra desde o final da década de 1620 e, em alguns casos, dos Açores e das Ilhas Canárias (BAASCH, 1894, p. 399).

²² No entanto, o imposto só era cobrado sobre a importação e exportação de quase todas as mercadorias comercializadas com Portugal, Espanha e algumas outras regiões, mas não com as Províncias Unidas.

tecer até Amsterdã com açúcar – um desvio considerável da rota direta, documentado para os anos de 1621 a 1625.²³

Conquista do nordeste brasileiro pela WIC

Em 1621, ano em que a trégua hispano-holandesa terminou, os Estados Gerais das Províncias Unidas fundaram a Companhia das Índias Ocidentais (*West-Indische Compagnie*, WIC) com o objetivo de combater a Espanha no mar e desviar o lucrativo negócio do açúcar brasileiro para os seus portos. Em 1630, a WIC conseguiu conquistar Pernambuco. Com isso, Hamburgo perdeu seu papel crucial no comércio de açúcar no norte da Europa, o que significou um grande prejuízo para os judeus portugueses da cidade. Embora a cana-de-açúcar também fosse cultivada em outras regiões do Brasil, Portugal havia perdido sua área de produção mais rica. Apesar das grandes lacunas na documentação, a tabela a seguir mostra que em 1622 e 1623, ou seja, imediatamente após o fim da Trégua dos Doze Anos, foi importado muito mais açúcar de Portugal em Hamburgo do que nos anos seguintes, e que houve um segundo declínio, ainda maior, por volta de 1630. Apenas uma pequena parte foi compensada por importações de Amsterdã.

²³ Esses dados são baseados numa análise dos registros notariais de Amsterdã nos quais judeus portugueses estavam envolvidos, listados nas edições dos *Studia Rosenthaliana* (até 1627) (KOEN, 1967-2001).

	1622	1623	1625	1629	1632	1633
Bremen	-	-	-	-	2 barris	-
Amsterdã	-	15 caixas 2 barris	13 barris	57 caixas 38 barris 12 quartéis	101 caixas 7 barris	166 caixas 22 barris
Inglaterra	-	-	-	120 caixas	7 caixas	50 caixas
França	-	9 caixas				
Espanha- Portugal	9.444 caixas 17.277 pães 89 pipas 4 barricas	10.898 caixas 29.025 pães 45 pipas	2.923 caixas 2.499 pães 154 ½ pipas	3.955 caixas 200 pães 156 pipas 3 quartéis	933 caixas 8 pipas 1 quartel	896 caixas
Madeira	260 caixas	-	287 caixas	895 caixas	-	-
Açores	-	14 caixas 13.403 pães 19 ¼ pipas	-	208 caixas		
Ilhas Canárias	-	83 caixas	-	380 caixas	-	-
Total	9.704 caixas 17.277 pães 89 pipas 4 barricas	11.019 caixas 42.428 pães 2 barris 64 ¼ pipas	3.210 caixas 2.499 pães 13 barris 154 ½ pipas	5.615 caixas 200 pães 38 barris 15 quartéis	1.042 caixas 9 barris 8 pipas 1 quartel	1.112 caixas 22 barris

Fonte: Livros dos pilotos (*Schifferbücher*) de Hamburgo (BAASCH, 1894, p. 296-297, 399)²⁴

Já por isso, a simpatia em relação à disputa por Pernambuco de muitos dos judeus portugueses que viviam em Hamburgo deveria ter ficado do lado dos portugueses.²⁵ Isso está bem documentado para o caso do médico e erudito Benjamin Mussaphia, irmão de Álvaro Dinis. De 1635 a 1639, na função de “escrevente de avisos”, ele forneceu ao duque Friedrich III de Schleswig-Holstein-Gottorf notícias que obteve por meio das redes comerciais dos membros da comunidade portuguesa de Hamburgo (KELLENBENZ, 1958, p. 331-338; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 660-662).²⁶ Em suas comunicações ao duque, Mussaphia não apenas informava sobre a chegada

²⁴ É praticamente impossível reduzir as unidades de medida a uma unidade básica (cf. KELLENBENZ, 1954, p. 87). Diferentes taxas de conversão podem ser encontradas, por exemplo, em BAASCH, 1894, p. 400; REISSMANN, 1975, p. 391-418.

²⁵ Como nos lembra Swetschinski, nem mesmo os comerciantes portugueses de Amsterdã devem ter ficado entusiasmados com o proceder da WIC. Para muitos deles, a conquista holandesa do Brasil só poderia significar o final de sua proeminência no comércio do açúcar (SWETSCHINSKI, 2000, p. 114-115).

²⁶ Havia também um médico judeu em Recife com o nome de Mussaphia, que retornou à Holanda em 1650. Entretanto, não há evidências de um relacionamento (MELLO, 1996 [1989], p. 242, 253, 415).

esperada ou realizada de navios de açúcar, mas também entrava em detalhes sobre a conquista de Pernambuco pela WIC e suas consequências para a vida econômica. Mussaphia acompanhou os esforços do governo luso-espanhol de construir uma frota para recapturar Pernambuco e percebeu, com pesar, que o ataque foi repetidamente adiado. Relatou que, enquanto em Lisboa os capitais necessários só podiam ser levantados com grandes dificuldades, o governador holandês João Maurício de Nassau estava construindo mais e mais fortificações no Brasil. Ele já havia conquistado o litoral norte e reconstruído os engenhos de açúcar destruídos e temia-se que a Bahia agora estivesse ameaçada (KELLENBENZ, 1960, p. 326-328). Os relatórios de Mussaphia deixam claro que, apesar de tudo, muitos judeus portugueses da diáspora permaneceram leais ao governo da sua terra natal e que o comércio via Portugal continuava a desempenhar um papel importante para eles.

Entretanto, isso não significa que os mercadores não utilizassem as oportunidades que surgiram com a nova situação. Em 1636, mais ou menos na mesma época em que Mussaphia escreveu seus primeiros avisos, José Israel da Costa, de Amsterdã, compôs um memorial no qual fazia recomendações aos Estados Gerais para a gestão econômica e populacional dos territórios recentemente conquistados. Ele provavelmente era o irmão de dois mercadores de Hamburgo, Gabriel e Jácome da Costa (STUEMUND-HALÉVY, 2000, p. 373-375). Com base nas suas observações durante uma estadia em Pernambuco no ano de 1623, escreveu uma relação na qual listou todos os senhores de engenho da região, incluindo suas origens (cristãos-velhos ou novos). De acordo com tal relação, 11 dos 137 engenhos pernambucanos pertenciam a cristãos-novos (MELLO, 1968, p. 32-36). Pelo menos um deles, Dinis Bravo, tinha parentes em Hamburgo. Sua família estava estabelecida na Bahia desde o século XVI e fazia parte dos produtores de açúcar mais importantes do Brasil no início do século XVII. O pai de Dinis Bravo, Álvaro Gomes Bravo, vivia como mercador no Porto, enquanto seu cunhado Miguel Gomes Bravo e seu primo João Gomes Bravo eram ativos no trato de Hamburgo (NOVINSKY, 1972, p. 94-96, 191; STUEMUND-HALÉVY, 2000, p. 328-330). No seu memorial, José Israel da Costa, além de listar os engenhos, posicionou-se a favor da manutenção do livre comércio para os todos mercadores que viviam no Brasil, que estava ameaçado pelo monopólio da WIC. Incluiu explicitamente os habitantes cristãos-novos de Recife: “os da nação hebreia, fiéis e legítimos vassalos dos Estados” (MELLO, 1968, n. 26). Entende-se que, com isso, inclusive os seus correligionários de Hamburgo ganhariam. Costa também se manifestou a favor de fazer ofertas favoráveis a colonos europeus interessados em se mudar ao Brasil. Influenciados ou não pelo memorial, os Estados Gerais realizaram ambas as recomendações.

Expectativas em relação ao Brasil holandês

Não se sabe qual foi o efeito da conquista de Pernambuco para Dinis Bravo, nem se os seus parentes de Hamburgo se beneficiaram de alguma forma com a mudança de governo. Tampouco há muitas evidências de que os parentes hamburgueses de um outro português, Duarte Saraiva Coronel²⁷ – que, sem dúvida, ocupou uma posição de destaque na economia açucareira brasileira sob o regime da WIC – tenham tirado benefícios da conquista. Este foi um dos primeiros judeus portugueses a se mudar de Amsterdã para o Pernambuco holandês e provavelmente era o irmão de Antônio Saraiva Coronel, que havia sido um dos maiores mercadores de açúcar de Hamburgo por volta de 1620. Na adolescência, no final da década de 1580 ou início da década de 1590, os dois irmãos parecem ter sido hospedados com frequência na casa do já mencionado Manuel Cardoso de Milão em Olinda, que mais tarde se estabeleceria em Hamburgo. Após a conquista pela WIC, Duarte voltou para o Brasil, enquanto Antônio permaneceu em Hamburgo. Duarte não apenas trabalhou como cobrador de impostos para a WIC, mas também adquiriu vários engenhos, exportou açúcar e, como era hábito entre personalidades judaico-portuguesas respeitadas, disponibilizou sua casa como sinagoga durante a fase inicial da comunidade judaica de Recife (KELLENBENZ, 1958, p. 255-256; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 789-790; VAINFAS, 2010, p. 128-129, 144). É possível que seus parentes de Hamburgo tenham redirecionado seu negócio para Duarte. No entanto, o único fato comprovado é que, na década de 1630, Antônio se retirou quase completamente do comércio com a Península Ibérica (REISSMANN, 1975, p. 372-384).

Duarte Saraiva Coronel foi uma exceção entre os judeus portugueses de Amsterdã e Hamburgo que migraram para o Brasil holandês. Poucos deles se tornaram proprietários de terra; a grande maioria trabalhou no pequeno comércio ou como artesãos (MELLO, 1996 [1989], p. 231; VAINFAS, 2010, p. 112-117). Especialmente durante o governo de Nassau (1637-1644), muitos judeus portugueses pobres foram para o Brasil. Como tinha sugerido José Israel da Costa, a WIC se esforçou para estabelecer imigrantes europeus nos territórios conquistados. De acordo com um decreto publicado pelos Estados Gerais em 1634, qualquer pessoa disposta a emigrar e que pudesse fornecer um certificado de bom comportamento receberia uma passagem gratuita. No Brasil, receberia uma casa e um lote de terra para sustentar sua família (MELLO, 1996 [1989], p. 206, 221-222). Também os líderes das comunidades judaico-portuguesas em Amsterdã e Ham-

²⁷ Também conhecido como David Sênior Coronel. Aparentemente, havia várias pessoas com o nome David Sênior Coronel em Recife em 1648 e, um pouco antes, outro Duarte Saraiva Coronel. Isso dificulta a identificação exata (MELLO, 1996 [1989], p. 411, 416-419).

burgo incentivaram a emigração dos seus membros mais pobres, pois começaram a vê-los cada vez mais como um fardo, enquanto que em Recife gozariam de uma liberdade econômica e ocupacional muito maior, ao mesmo tempo que poderiam levar uma vida religiosa sem grandes restrições (ISRAEL, 1983, p. 516; MELLO, 1996 [1989], p. 213, 227-230, 257).

Para os anos de 1635 e 1636, há uma fonte na qual estão listados todos os pedidos de pessoas que queriam participar do programa de colonização da WIC. Entre eles se encontravam vários judeus portugueses, incluindo Daniel Habilho, de Hamburgo. Em 24 de dezembro de 1635, ele pediu para ser embarcado por conta de Duarte Saraiva no primeiro navio que partisse. Seu pedido foi atendido (MELLO, 1996 [1989], p. 218-221, 267, 399).²⁸ É provável que muitos emigrantes tivessem comitentes ou patrões em Recife, Amsterdã ou Hamburgo. No entanto, o açúcar exportado pelos judeus portugueses não alcançou a quantidade dos mercadores cristãos no Brasil holandês: em 1637, a sua quota era de 18,5%, em 1641, de 44,5% e, em 1643, de 37,3% do total das exportações de açúcar (MELLO, 1996 [1989], p. 232). Quando Recife foi conquistada em 1654, sendo a última base holandesa no nordeste do Brasil, também os últimos membros da comunidade judaica deixaram o país. Num primeiro momento, quase todos foram para Amsterdã e apenas alguns poucos para Hamburgo.²⁹ Para a maioria deles, a permanência no Brasil não tinha sido compensadora do ponto de vista econômico, já que se tornaram devedores da WIC (MELLO, 1996, p. 347, 349). Nem Amsterdã, nem Hamburgo ofereceram aos retornados a oportunidade de continuar as suas atividades no pequeno comércio ou como artesãos. Mesmo aqueles que alcançaram certa prosperidade e eram ativos no comércio transatlântico muitas vezes se mudaram, pouco tempo depois, para as ilhas do Caribe, onde podiam re-

²⁸ O Daniel Gabilho mencionado por Vainfas não parece ser idêntico a ele (VAINFAS, 2010, p. 212-213). Outros judeus portugueses de Hamburgo que imigraram para Recife foram: Mose Haim Namias (MELLO, 1996 [1989], p. 495; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 47), Daniel de Castro (MELLO, 1996 [1989], p. 398-399; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 47), Daniel Messias (MELLO, 1996 [1989], p. 400; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 143), Jacob Henriques (MELLO, 1996 [1989], p. 453; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 47), Aron Fernandes (MELLO, 1996 [1989], p. 387; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 47), possivelmente Pedro Rodrigues de Moraes (MELLO, 1996 [1989], p. 455; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 609-610), Miguel Francês (MELLO, 1996 [1989], p. 487; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 47), Jacob Frazão (MELLO, 1996 [1989], p. 452; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 446-447). Manuel Mendes de Castro alistou-se em Amsterdã em 1636 para ir ao Brasil como chefe de uma colônia de duzentos judeus. Embora Manuel Mendes de Castro tenha vivido em Hamburgo em 1623, não há evidências de que essa colônia consistia principalmente de judeus portugueses de Hamburgo (KOEN, 1989, n° 2791; MELLO, 1996 [1989], p. 221, 223, 248-249).

²⁹ Um deles foi Jacob Mendes. Juntamente com sua mãe e irmãs, ele foi preso pela Inquisição em Pernambuco por volta de 1645 e levado para o Porto. Após ser libertado, viajou para Hamburgo, mas pouco depois, em 1649, foi para Amsterdã. Outro judeu português que retornou a Hamburgo foi Pedro Rodrigues de Moraes (MELLO, 1996 [1989], p. 455; STUDEMUND-HALÉVY, 2000, p. 609-610).

tomar o modo de vida que haviam adotado no Brasil (ISRAEL, 1983, p. 525; ISRAEL, 1992, p. 384).

Consequências para o comércio de açúcar de Hamburgo

Conforme mencionado, em Hamburgo, as importações de açúcar de Portugal diminuíram em decorrência da conquista de Pernambuco. É provável que os judeus portugueses da cidade tenham reagido a esse fato diversificando as mercadorias com as quais negociavam. Os registros da alfândega do almirantado de Hamburgo mostram que, em 1632/1633, o açúcar representava apenas um décimo (9,9%) do seu trato com a Península Ibérica (POETTERING, 2019, p. 15). Em vez disso, eles comercializavam uma variedade de outras mercadorias que haviam sido liberadas para os estrangeiros na já mencionada postura de 1604, como especiarias, cera e tecidos. Quando, em 1645, os brasileiros se revoltaram contra a ocupação holandesa e a WIC perdeu quase toda a área de cultivo, o açúcar comercializado via Portugal começou a recuperar sua importância. Em 1647/1648, voltou a ser a mercadoria de maior relevo para os mercadores de origem portuguesa em Hamburgo, embora continuasse a representar apenas 23% de seu faturamento total no comércio ibérico (POETTERING, 2019, p. 158). Continuavam a negociar com uma ampla gama de mercadorias diferentes, que agora, apesar das restrições comerciais, também incluíam uma quantidade considerável de trigo. Tanto em 1632/1633 quanto em 1647/1648, no entanto, eles foram responsáveis por cerca de 40% das importações de açúcar da Península Ibérica, quota muito maior do que a da sua participação total no comércio ibérico (15% e 18%, respectivamente) (POETTERING, 2019, p. 154, 157).

O açúcar brasileiro jamais recuperaria sua antiga importância para os judeus de Hamburgo. Por um lado, o domínio holandês no nordeste do Brasil causou uma ruptura entre os judeus portugueses e os cristãos-novos. Embora ambos os grupos compartilhassem uma herança comum e tivessem inicialmente cooperado no comércio, a mudança do governo em Pernambuco revelou até que ponto as expectativas e lealdades (religiosas, culturais e econômicas) já haviam divergido. A maioria dos cristãos-novos estava bem integrada na América portuguesa e estava muito mais próxima dos cristãos-velhos do que dos judeus recém-chegados do norte da Europa (SILVA, 2003, p. 259, 328; VAINFAS, 2010, p. 186-188).³⁰ Ao mesmo tempo, estes últimos começaram a se relacionar cada vez mais com os seus correligionários, já

³⁰ Isso não impediu que ocorressem muitas denúncias de cristãos-novos perante a Inquisição por causa de práticas supostamente judaicas – antes, durante e depois da ocupação holandesa. SILVA (2003, p. 273) até propõe que “o cripto-judaísmo estivesse tão arraigado, que nem mesmo a possibilidade de se

que agora podiam dispensar os cristãos-novos até no comércio transatlântico. Após a reconquista de Pernambuco, as relações comerciais entre o norte da Europa e o Brasil cessaram. Talvez a mudança de governo também tenha levado ao fim dos negócios de António Saraiva Coronel, se não à sua falência em Hamburgo. Sabe-se que a sua viúva estava tão pobre em 1670 que teve de pedir ao conselho (*mahamad*) da comunidade um adiantamento do seu *tamid*, o subsídio para os indigentes, para poder enviar seu filho indigente para Barbados (CASSUTO, 1931, p. 114).

Por outro lado, as redes comerciais do período anterior ao domínio holandês no Brasil também começaram a se desintegrar. Essas redes não só tinham seu centro, mas também seu ponto fraco em Portugal, já que os judeus portugueses de Hamburgo dependiam dos seus intermediários naquele país para importar as mercadorias brasileiras. Se eles fossem presos pela Inquisição, o comércio era interrompido. Além disso, dado que a migração era unidirecional, os judeus portugueses de Hamburgo perdiam cada vez mais o contato com seus correspondentes em Portugal (SWE-TSCHINSKI, 2000, 125). Viajar para a Península Ibérica comportava riscos consideráveis para os portugueses que viviam abertamente como judeus e também era desaprovado pelos líderes comunitários de Hamburgo e Amsterdã, já que retornar às “terras de idolatria” era considerado um obstáculo à prática estrita da fé. Os que ainda assim decidiam viajar eram frequentemente expulsos da comunidade (KAPLAN, 1994). Pelo mesmo motivo, os filhos dos mercadores judaico-portugueses, ao contrário dos filhos de mercadores luteranos e reformados de Hamburgo, não eram enviados a Portugal para a sua formação e, portanto, não podiam estabelecer novos contatos comerciais no seu país de origem (POETTERING, 2019, p. 123-125). Assim, os judeus portugueses se afastaram cada vez mais de Portugal e dos cristãos-novos que lá permaneceram. A mudança de uma coletividade cristã-nova para uma comunidade judaico-portuguesa levou ao fim gradual do negócio do açúcar brasileiro.

guardar a lei de Moisés em sua plenitude [durante a presença dos judeus portugueses vindos do norte da Europa] foi capaz de mudar os hábitos, observados há já muito tempo”.

Duarte Nunes da Costa e a Companhia Geral do Comércio do Brasil

Em meados do século XVII, também se iniciou uma oligarquização da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo. Embora o número de mercadores ativos tenha diminuído, alguns ganharam uma importância econômica e política que excedeu em muito a dos outros membros. Eles atuaram como “residentes” (representantes diplomáticos), banqueiros e agentes comerciais de príncipes europeus e dominaram cada vez mais a vida na comunidade. Duarte Nunes da Costa fez parte desse grupo de personalidades de destaque e era, junto com os seus filhos, provavelmente o único membro que continuou a desempenhar um papel importante em relação à América portuguesa, já que, graças às suas conexões íntimas com a coroa portuguesa, foi nomeado representante da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Jonathan Israel o retratou em um artigo que embasa os parágrafos que se seguem (ISRAEL, 1987).

Duarte Nunes da Costa deixou Portugal em 1609, com cerca de 22 anos de idade, passou quase dois anos com sua família em Madri, depois talvez tenha ido para Saint-Jean-de-Luz, no sul da França, e subsequentemente com certeza para Florença. Chegou em Amsterdã em 1621, mudou-se para Glückstadt em 1626 e, finalmente, estabeleceu-se em Hamburgo em 1627. Aparece listado já no mesmo ano nos registros da alfândega do almirantado com importações de açúcar, no entanto, em 1632/1633, pagou só taxas alfandegárias modestas e, em 1647/1648, suas taxas estavam entre as mais baixas (POETTERING, 2019, p. 144). Jonathan Israel explica que uma atividade no comércio convencional não era compatível com a sua dignidade de diplomata, mas isso não impedia que alguns dos seus serviços para a coroa portuguesa fossem pagos com açúcar.

Nunes da Costa forneceu ao reino de Portugal armas, munições e materiais para a construção naval e repetidamente emprestou grandes somas de dinheiro à coroa. Em junho de 1641, só poucos meses depois de assumir o poder e separar o reino português da Espanha, o rei João IV o havia feito cavaleiro fidalgo. Em teoria, a origem cristã-nova de Nunes da Costa não teria permitido isso, sem mencionar o fato de que ele vivia abertamente como judeu em Hamburgo. Dois anos antes de seu enobrecimento, o tribunal da Inquisição de Lisboa o tinha processado *in absentia*, condenando-o à morte na fogueira para ser queimado em efígie. No entanto, o rei precisava do seu apoio para a Guerra da Restauração contra a Espanha. Depois de servir por algum tempo como agente extraoficial, Nunes da Costa foi oficialmente nomeado agente da coroa portuguesa em Hamburgo em 1644. Nessa função, por exemplo, em 1650 o recrutamento e o transporte de 2.500 soldados alemães que não atuavam mais na sua terra natal após o fim da Guerra dos Trinta Anos, para que defendessem a fronteira portuguesa contra a Espanha. Posteriormente, a reconquista

dos territórios ultramarinos e, em particular, do nordeste brasileiro formaram objetivos pelos quais Nunes da Costa advogou.

Ele tinha sido um dos poucos judeus portugueses que fizeram parte dos primeiros acionistas da WIC (WÄTJEN, 1914, p. 32-33; SWETSCHINSKI, 2000, p. 116-117). Em 1649, a Companhia Geral do Comércio do Brasil foi fundada com base nesse modelo e Nunes da Costa desempenhou um papel de relevo. Assim como seu filho Jerônimo, que vivia em Amsterdã, ele estava em contato com o padre jesuíta Antônio Vieira, um dos iniciadores principais do projeto. Em sua função de feitor geral da Companhia no Sacro Império Romano-Germânico, Nunes da Costa tentou, por exemplo, ganhar o duque Jacob da Curlândia como investidor e adquirente do açúcar brasileiro. Em 1650, o duque fechou contratos relativos com a coroa portuguesa, mas eles não parecem ter sido colocados em prática (KELLENBENZ, 1958, p. 157-158). Nunes da Costa também enviou três grandes navios armados a Portugal para as viagens de comboio ao Brasil. Dois outros filhos de Duarte, Manuel e Jorge Nunes da Costa, também trabalhavam para a Companhia Geral em Hamburgo e estavam envolvidos no recrutamento de artilheiros, médicos e outros especialistas alemães para as tripulações dos navios de comboio. Mais tarde, assumiram cargos como representantes oficiais da companhia portuguesa em Hamburgo.³¹ Nessa função, eram responsáveis pela venda de pau-brasil e outros produtos brasileiros e enviavam mastros, pólvora e munição, além de trigo, para Portugal.³² Manuel havia sido nomeado sucessor de seu pai como agente em 1646 e, após a morte do último, ocorrida em 1664, ele foi confirmado como representante oficial da coroa portuguesa.³³ Jerônimo já antes tinha assumido tarefas semelhantes em Amsterdã (ISRAEL, 1997).

Duarte Nunes da Costa era um dos membros mais ricos da comunidade judaica-portuguesa de Hamburgo (POETTERING, 2019, p. 144). Após a sua nomeação como agente português, mudou-se para uma esplêndida casa na rua Krayenkamp e cultivou um estilo de vida acorde com suas atividades diplomáticas. No seu solar, equipado com criados, carruagens e cavalos, recebia e acomodava diversos convidados, alguns deles ilustres, como a legação que representava Portugal na negociação da Paz de Westfália (CARDIM, 2004). Assim como os mercadores de açúcar do início do século, também Nunes da Costa desempenhou um papel de liderança na comunidade; Jonathan Israel lhe atesta “um compromisso excepcionalmente forte com o ju-

³¹ BIBLIOTECA DA AJUDA, Lisboa, cód. 51-VIII-26, fl. 95.

³² BIBLIOTECA DA AJUDA, Lisboa, ms. av. 54-XIII-8, ns. 244, 257 (10 de outubro de 1666); ms. av. 54-XI-29, ns. 193 (23 de setembro de 1667/9), 162, 171, 203 (31 de janeiro de 1668), 189, 196 (1º de julho de 1668), 210 (8 de janeiro de 1669).

³³ ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Lisboa, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, liv. 4, fl. 267-267v.

daísmo e com a promoção da vida comunitária sefardita” (ISRAEL, 1987, p. 14; tradução minha). Em 1652, teve um papel decisivo na fusão das três antigas congregações, que tinha como objetivo reunir os recursos diante das dificuldades econômicas de muitos membros da comunidade e da crescente hostilidade em relação aos judeus por parte da população de Hamburgo. Os integrantes do conselho da congregação unificada eram selecionados anualmente entre as famílias mais ricas e influentes. Os membros da família Nunes da Costa pertenceram a ela um total de 17 vezes entre 1654 e 1678 (ORNAN-PINKUS, 1994, p. 12-13). Duarte Nunes da Costa também forneceu à comunidade objetos rituais de sua propriedade particular, como uma luz eterna (*ner tamid*), incluindo o óleo para mantê-la acesa, e um púlpito para a leitura da Torá (*tevah*). No entanto, sua contribuição mais importante para a manutenção da comunidade religiosa foi, provavelmente, seu trabalho como diplomata, pois este não só lhe deu um prestígio pessoal que, de outra forma, um judeu não teria conseguido em Hamburgo, mas também contribuiu significativamente para a reputação e, portanto, para a segurança de toda a comunidade judaico-portuguesa da cidade.

Duarte Nunes da Costa foi uma exceção. Muitos outros fracassaram em seus negócios e passaram a integrar o grupo de pessoas carentes que dependiam do subsídio comunitário. Enquanto estas foram inicialmente enviadas ao Brasil, como vimos, e, mais tarde, ao Caribe, cada vez mais judeus portugueses prósperos também deixaram Hamburgo na segunda metade do século XVII, mudando-se principalmente para Amsterdã. Apesar da perda holandesa de Pernambuco, a cidade holandesa estava se tornando o centro do comércio mundial. Muito provavelmente, as hostilidades antijudaicas cada vez mais violentas em Hamburgo (sobretudo a partir do final da década de 1640) também contribuíam para o êxodo rumo a lugares que ofereciam mais segurança. Quando a cidade finalmente rebaixou significativamente o status legal dos judeus portugueses em 1697 e os forçou a pagar um alto imposto especial, muitas das famílias judaico-portuguesas abastadas remanescentes desistiram da sua residência ali (BRADEN, 2001, p. 218-233, 262-276, 298-299, 298-339).

Conclusão

A proliferação do açúcar como bem de produção, comércio e consumo e o surgimento da diáspora dos cristãos-novos e judeus portugueses foram dois processos que ocorreram mais ou menos ao mesmo tempo e no mesmo espaço. No entanto, não foi o açúcar que foi disseminado pelos judeus, como Sombart, Kellenbenz e muitos outros supuseram, mas o contrário: foram os cristãos-novos e judeus que seguiram o açúcar. Os cristãos-novos e os judeus não introduziram o açúcar em Hamburgo e nunca dominaram seu negócio. Em vez disso, o açúcar forneceu a base para o estabelecimento da comunidade judaico-portuguesa da cidade. A Câmara de

Hamburgo permitiu que os judeus portugueses se estabelecessem devido aos benefícios econômicos que esperava das suas relações comerciais e foi a renda do lucrativo comércio de açúcar que permitiu que eles vivessem de acordo com as regras da sua religião. Os mercadores de açúcar disponibilizaram suas casas como sinagogas, adquiriram o terreno para o cemitério judaico e financiaram a contratação de funcionários religiosos e a impressão de livros religiosos. Eles não comercializavam exclusivamente açúcar, mas, na fase inicial, este fez parte da gama comercial de quase todos os mercadores portugueses.

Os judeus portugueses beneficiaram-se do fato de que alguns deles haviam vivido no Brasil por algum tempo, onde aprenderam sobre o cultivo de açúcar, adquiriram experiência em seu trato e estabeleceram contatos para relações comerciais posteriores. Eles também cooperaram com mercadores de açúcar, parentes e amigos em Portugal e tiraram proveito do tráfego marítimo direto que existia entre a América portuguesa e Hamburgo. Como residentes desta cidade neutra, beneficiaram-se da guerra entre as Províncias Unidas e Portugal, que naquela época estava unido à Espanha. Eles foram bem-sucedidos porque o açúcar era muito procurado em Hamburgo e o seu comércio – ao contrário da maioria das outras mercadorias lucrativas – estava liberado para não-cidadãos. A conquista do nordeste do Brasil pela WIC e a resultante ascensão econômica de Amsterdã desencadearam o declínio, de longo prazo, da comunidade judaico-portuguesa. Inicialmente, observou-se uma concentração de riqueza e poder entre alguns poucos, incluindo Duarte Nunes da Costa e seus filhos, que continuaram a desempenhar um papel importante nas relações entre Hamburgo e América portuguesa como fornecedores de navios e armas, despachadores de pau-brasil e representantes oficiais da Companhia Geral do Comércio do Brasil. No entanto, quando as últimas grandes famílias deixaram Hamburgo no final do século XVII, as relações econômicas com o Brasil também chegaram ao fim. Todavia, isso não prejudicou a indústria refinadora de açúcar de Hamburgo, pois mercadores cristãos já haviam assumido o papel dos judeus portugueses ali há muito tempo.

Fontes

Manuscritos

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, Lisboa, *Registo Geral de Mercês*, D. Afonso VI, liv. 4.

BIBLIOTECA DA AJUDA, Lisboa, cód. 51-VIII-26; ms. av. 54-XIII-8, 54-XI-29.

GEMEENTEARCHIEF AMSTERDAM, Archief 5075, inv. n° 619X; Not. Arch. 645B, 646A.

STAATSARCHIV HAMBURG, *Senat*, Cl. VII Eb Nr. 11 Bd. 6.

Impressos

- AZEVEDO, Pedro A. d' (org.). O Bocarro Frances e os Judeus de Cochim e Hamburgo. *Archivo Historico Portuguez*, v. 8, p. 15-20, 185-198, 1910.
- BLANK, Johann Friedrich (org.). *Sammlung dervon E[inem] Hochedlen Rathe der Stadt Hamburg (...) ausgegangenen allgemeinen Mandate*, parte 1. Hamburg: Piscator, 1763. Disponível em: <https://mdz-nbn-resolving.de/details:bsb10552483>. Acesso em: 28 out. 2025.
- CASSUTO, Alfonso (org.). Items from the Old Minute Book of the Sephardic Congregation, of Hamburg, Relating to the Jews of Barbados. *Publications of the American Jewish Historical Society*, v. 32, p. 114-116, 1931.
- KOEN, E. M. (org.). Notarial Records Relating to the Portuguese Jews in Amsterdam up to 1639. *Studia Rosenthaliana*, vs. 1-35, 1967-2001.
- LEONI, Aron di Leone; SALOMON, Herman Prins. La Nation Portugaise de Hambourg en 1617 d'après un document retrouvé. In: MÉCHOULAN, Henry & NAHON, Gérard (org.). *Mémorial I.-S. Révah: études sur le marranisme, l'hétérodoxie juive et Spinoza*. Paris: Peeters, 2001, p. 263-293.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. Uma relação dos engenhos de Pernambuco em 1623. *Revista do Museu do Açúcar*, v. 1, p. 25-36, 1968.
- TEENSMA, Benjamin. De levensgeschiedenis van Abraham Peregrino, alias Manuel Cardoso de Macedo. *Studia Rosenthaliana*, v. 10, p. 1-36, 1976.

Referências Bibliográficas

- AMSINCK, C[aesar]. Die Hamburger Zuckerbäcker. In: KOPPMANN, Karl (org.). *Aus Hamburgs Vergangenheit: Kulturhistorische Bilder aus verschiedenen Jahrhunderten*, v. 2, n. 1, p. 209-231, 1886. Disponível em: <https://resolver.sub.uni-hamburg.de/kitodo/PPN630930880>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BAASCH, Ernst. *Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehungen zwischen Hamburg und Amerika*. Hamburg: Friederichsen, 1892. Disponível em: <https://api.deutsche-digitale-bibliothek.de/binary/a3d15362-2493-445a-be10-3920f3bdcod8.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BAASCH, Ernst. Hamburgs Seeschiffahrt und Waarenhandel vom Ende des 16. bis zur Mitte des 17. Jahrhunderts. *Zeitschrift des Vereins für Hamburgische Geschichte*, v. 9, p. 295-420, 1894. Disponível em: https://resolver.sub.uni-hamburg.de/kitodo/PPN504014935_0090. Acesso em: 28 out. 2025.
- BERNARDINI, Paolo; FIERING, Norman (org.). *The Jews and the Expansion of Europe to the West, 1450 to 1800*. New York: Berghahn Books, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.3167/9781571811530>. Acesso em: 28 out. 2025.
- BODIAN, Miriam. *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*. Bloomington: Indiana University Press, 1997.
- BRADEN, Jutta. *Hamburger Judenpolitik im Zeitalter lutherischer Orthodoxie, 1590-1710*. Hamburg: Christians, 2001. Disponível em: https://igdj-hh.de/upload/jutta-braden_hamburger-judenpolitik.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.

- CARDIM, Pedro. O embaixador seiscentista segundo António da Silva e Sousa, autor de Instrução Política de Legados (Hamburgo, 1656). In: CASTRO, Zília Osório de (org.). *Diplomatas e diplomacia: retratos, cerimônias e práticas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, p. 155-213.
- COELHO, António Borges. Política, dinheiro e fé: cristãos-novos e judeus portugueses no tempo dos Filipes. In: COELHO, António Borges (org.). *Política, dinheiro e fé: questionar a História*, v. V. Lisboa: Caminho, 2001, p. 109-152.
- EBERT, Christopher. *Between Empires: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy. 1550-1630*. Leiden: Brill, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/ej.9789004167681.i-212>. Acesso em: 28 out. 2025.
- FEITLER, Bruno. Four Chapters in the History of Crypto-Judaism in Brazil: The Case of the Northeastern New Christians (17th-21st Centuries). *Jewish History*, v. 25, p. 207-227, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10835-010-9131-x>. Acesso em: 28 out. 2025.
- FRADE, Florbela Veiga & SILVA, Sandra Neves da. Medicina e política em dois físicos judeus portugueses de Hamburgo. Rodrigo de Castro e o *Medicus Politicus* (1614), e Manuel Bocarro Rosales e o *Status Astrologicus* (1644). *Sefarad*, v. 71, n. 1, p. 51-94, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3989/sefarad.011.003>. Acesso em: 28 out. 2025.
- FRADE, Florbela Veiga. Pensamento religioso dos judeus portugueses de Hamburgo no século XVII: *Merkabah*, Apegamento a Deus e o Tabernáculo em *Trinta Discursos ou Darazes* (Hamburgo, 1629) de Samuel Jachia/Álvaro Dinis (c. 1570-1645). *Anais de História de Além-Mar*, v. 12, p. 181-212, 2011. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/129224/1/AHAM_XII_2011_181_212.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- FRADE, Florbela Veiga. A importância do Português na “Nação Portuguesa de Hamburgo” e a *Gramática Hebraica* (1633) de Moshe Gideon Abudiente. *WebMosaica. Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 5, n. 2, p. 82-95, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/webmosaica/article/view/45024>. Acesso em: 28 out. 2025.
- FRADE, Florbela Veiga. O legado cultural e científico da comunidade sefardita de Hamburgo. In: PIGNATELLI, Marina (org.). *Judeus e cristãos novos no mundo lusófono*. Lisboa: Colibri, 2017, p. 19-41.
- GRAIZBORD, David. Religion and Ethnicity Among ‘Men of the Nation’: Toward a Realistic Interpretation. *Jewish Social Studies*. Série nova, v. 15, 1, p. 32-65, 2008.
- HÄPKE, Rudolf. Reichswirtschaftspolitik und Hanse nach den Wiener Reichsakten des 16. Jahrhunderts. *Hansische Geschichtsblätter*, v. 50, p. 164-209, 1925. Disponível em: https://www.hansischergeschichtsverein.de/file/hgbll_050_1925.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- HEIBER, Helmut. *Walter Frank und sein Reichsinstitut für Geschichte des neuen Deutschlands*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1966.
- ISRAEL, Jonathan I. The Economic Contribution of Dutch Sephardi Jewry to Holland's Golden Age, 1595-1713. *Tijdschrift voor Geschiedenis*, v. 96, p. 505-535, 1983.
- ISRAEL, Jonathan I. Duarte Nunes da Costa (Jacob Curiel), of Hamburg, Sephardi Nobleman and Communal Leader (1585-1664). *Studia Rosenthaliana*, v. 21, p. 14-34, 1987.
- ISRAEL, Jonathan I. The Sephardi Contribution to Economic Life and Colonization in Europe and the New World, 16th-18th Centuries. In: BEINART, Haim (org.). *Moreshet Sepharad: The Sephardi Legacy*, vol. 2. Jerusalem: Magnes Press, 1992, p. 365-398.

- ISRAEL, Jonathan I. The Diplomatic Career of Jeronimo Nunes da Costa: An Episode in Dutch-Portuguese Relations of the Seventeenth Century. In: Idem (org.). *Conflicts of Empires: Spain, the Low Countries and the Struggle for World Supremacy, 1585-1713*. London: Hambledon Press, 1997, p. 171-195.
- KAPLAN, Yosef. Die portugiesischen Juden und die Modernisierung: Zur Veränderung jüdischen Lebens vor der Emazipation. In: NACHAMA, Andreas; SCHOEPS, Julius & VOOLEN, Edward van (org.). *Jüdische Lebenswelten: Essays*. Frankfurt a.M.: Jüdischer Verlag, 1991, p. 303-317.
- KAPLAN, Yosef. The Place of Herem in the Sefardic Community of Hamburg during the Seventeenth Century. In: STUEMUND-HALÉVY, Michael (org.). *Die Sefarden in Hamburg: Zur Geschichte einer Minderheit*, v. 1. Hamburg: Buske, 1994, p. 63-88.
- KAPLAN, Yosef. *Judíos nuevos en Amsterdam: estudio sobre la historia social e intelectual del judaísmo sefardí en el siglo XVII*. Barcelona: Ed. Gedisa, 1996.
- KELLENBENZ, Hermann. *Unternehmerkräfte im Hamburger Spanien- und Portugalhandel, 1590-1625*. Hamburg: Verlag der Hamburgischen Bücherei, 1954.
- KELLENBENZ, Hermann. *Sephardim an der unteren Elbe: Ihre wirtschaftliche und politische Bedeutung vom Ende des 16. bis zum Beginn des 18. Jahrhunderts*. Wiesbaden: Steiner, 1958.
- KELLENBENZ, Hermann. Der Brasilienhandel der Hamburger ‚Portugiesen‘ zu Ende des 16. und in der ersten Hälfte des 17. Jahrhunderts. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*. 1ª série, v. 1, p. 316-334, 1960.
- LIPPMANN, Edmund O. von. *Geschichte des Zuckers seit den ältesten Zeiten bis zum Beginn der Rübenzucker-Fabrikation: Ein Beitrag zur Kulturgeschichte*. Berlin: Julius Springer, 1929 [1890]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-642-50670-3>. Acesso em: 28 out. 2025.
- MARTINS, Hugo. Os rabinos da comunidade judaico-portuguesa de Hamburgo entre 1652 e 1682. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, v. 20, p. 205-227, 2019. Disponível em: https://cadernos.catedra-alberto-benveniste.org/wp-content/uploads/2020/06/20_Martins.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- MARTINS, Hugo. *Os Judeus portugueses de Hamburgo: a história de uma comunidade mercantil no século XVII*. Firenze: Firenze University Press, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36253/978-88-5518-527-1>. Acesso em: 28 out. 2025.
- MAUERSBERG, Hans. *Wirtschafts- und Sozialgeschichte zentraleuropäischer Städte in neuerer Zeit, dargestellt an den Beispielen von Basel, Frankfurt am Main, Hamburg, Hannover und München*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1960.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1996 [1989].
- MINTZ, Sidney. *La douceur et le pouvoir: la place du sucre dans l'histoire moderne*. Bruxelles: Éd. de l'Université de Bruxelles, 2014 [1985].
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: EDUSP, 1972.
- ORNAN-PINKUS, Ben-Zvi. Die Portugiesische Gemeinde in Hamburg und ihre Führung im 17. Jahrhundert. In: STUEMUND-HALÉVY, Michael (org.). *Die Sefarden in Hamburg*, v. 1. Hamburg: Buske, 1994, p. 3-36.
- PETERSSON, Astrid. Zuckersiedergewerbe und Zuckerhandel in Hamburg: Von den Anfängen bis zum Ende der Kontinentalsperre. *Hamburger Wirtschafts-Chronik*. Série nova, v. 1, p. 53-81, 2000.

- POETTERING, Jorun. Reflexões acerca da competitividade das redes comerciais judaico-portuguesas no século XVII. *Ler História*, v. 67, p. 93-105, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.860>. Acesso em: 28 out. 2025.
- POETTERING, Jorun. The General Pardon of 1605 and the Origins of Hamburg's Portuguese-Jewish Community. In: BOER, Harm den; MENNY, Anna & WILKE, Carsten L. (org.). *Caminos de leche y miel: Jubilee Volume in Honor of Michael Studemund-Halévy*, v. 1. Barcelona: Tirocinio, 2018, p. 127-141. Disponível em: https://epub.ub.uni-muenchen.de/59790/1/Poettering_General_Pardon.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- POETTERING, Jorun. *Migrating Merchants: Trade, Nation, and Religion in Seventeenth-Century Hamburg and Portugal*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110472103>. Acesso em: 28 out. 2025.
- REISSMANN, Martin. *Die hamburgische Kaufmannschaft des 17. Jahrhunderts in sozialgeschichtlicher Sicht*. Hamburg: Christians, 1975.
- RÉVAH, Israël Salvator. *Uriel da Costa et les marranes de Porto: cours au Collège de France, 1966-1972*. Org. por WILKE, Carsten L. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004 [1966-1972].
- RODRIGUES, José Honório. *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.
- SALOMON, Herman Prins. *Portrait of a New Christian: Fernão Álvares Melo (1569-1632)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1982.
- SARAIVA, António José. *Inquisição e cristãos-novos*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1956.
- SARAIVA, António José. *The Marrano Factory: The Portuguese Inquisition and Its New Christians, 1536-1765*. Org. por SALOMON, Herman Prins & SASSOON, Isaac S. D. Leiden: Brill 2001 [1956]. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/9789047400868>. Acesso em: 28 out. 2025.
- SCHREUDER, Yda. *Amsterdam's Sephardic Merchants and the Atlantic Sugar Trade in the Seventeenth Century*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-97061-5>. Acesso em: 28 out. 2025.
- SILVA, Marco Antônio Nunes da. *O Brasil holandês nos cadernos do Promotor: Inquisição de Lisboa, século XVII*. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.barrow-lousada.org/PDFdocs/o_brasil_holandes_nos_cadernos_do_promotor.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- SLUITER, Engel. Os holandeses no Brasil antes de 1621. *Revista do Museu do Açúcar*, v. 1, p. 65-82, 1968.
- SOMBART, Werner. *Os judeus e a vida econômica*. São Paulo: Unesp, 2017 [1911].
- STRUM, Daniel. *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*. Rio de Janeiro: Versal, 2012.
- STRUM, Daniel. Institutional Choice in the Governance of the Early Atlantic Sugar Trade. Diasporas, Markets, and Courts. *Economic History Review*, v. 72, n. 4, p. 1202-1228, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ehr.12848>. Acesso em: 28 out. 2025.
- STUEMUND-HALÉVY, Michael (org.). *Die Sefarden in Hamburg*, vol. 1. Hamburg: Buske, 1994.
- STUEMUND-HALÉVY, Michael (org.). *Die Sefarden in Hamburg: Zur Geschichte einer Minderheit*, v. 2. Hamburg: Buske, 1997.

- STUEMUND-HALÉVY, Michael. *Biographisches Lexikon der Hamburger Sefarden*. Hamburg: Christians, 2000.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. La 'nation' portugaise : réseaux marchands dans l'espace atlantique à l'époque moderne. *Annales. Histoire, Sciences sociales*, v. 58, p. 627-649, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0395264900004819>. Acesso em: 28 out. 2025.
- SWETSCHINSKI, Daniel. Kinship and Commerce: The Foundations of Portuguese Jewish Life in Seventeenth Century Holland. *Studia Rosenthaliana*, v. 15, p. 58-74, 1981.
- SWETSCHINSKI, Daniel. *Reluctant Cosmopolitans: The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*. London: Littman Library, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025.
- VOGEL, Walter. Handelskonjunkturen und Wirtschaftskrisen in ihrer Auswirkung auf den Seehandel der Hansestädte 1560-1896. *Hansische Geschichtsblätter*, v. 74, p. 50-64, 1965. Disponível em: https://www.hansischergeschichtsverein.de/file/hgbll_o83_1965.pdf. Acesso em: 28 out. 2025.
- WALLENBORN, Hiltrud. *Bekehrungseifer, Judenangst und Handelsinteresse: Amsterdam, Hamburg und London als Ziele sefardischer Migration im 17. Jahrhundert*. Hildesheim: Olms, 2003.
- WÄTJEN, Hermann. *Das Judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation: Kritische Bemerkungen zu Werner Sombarts "Die Juden und das Wirtschaftsleben"*. Berlin: Kohlhammer, 1914. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:hebis:30-180011564003>. Acesso em: 28 out. 2025.

Conflito de Interesses

Nada a declarar

Disponibilidade de dados

todos os dados estão disponíveis no texto

Recebido: 25/02/2025 - Aprovado: 13/10/2025

Editores Responsáveis

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco